

# **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**

## **Elder Andrade de Paula**

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2003)

Professor Adjunto do CFCH/UFAC

Endereço eletrônico: elderpaula@uol.com.br

## **Silvio Simione da Silva**

Doutor em Geografia pela FCT/Unesp (2005)

Professor Adjunto do CFCH/UFAC

Endereço eletrônico: ssimione@terra.com.br

## **Resumo**

Governo do Estado do Acre, instituições do governo federal, Comitê Chico Mendes, representantes do sindicalismo rural e Rede Globo tomaram a iniciativa em 2008, de marcar através de uma série de eventos, os “vinte anos sem Chico Mendes”. As diversas encenações anunciadas procuram coroar em “alto estilo” uma monumental transmutação do legado revolucionário de uma das principais lideranças do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, convertido em pacato “ambientalista”. O objetivo desta Comunicação é mostrar que essa transmutação foi habilmente articulada pelo Estado (no sentido ampliado) na tentativa de re-significar a natureza e a cultura para fins de legitimação da ideologia do “desenvolvimento sustentável” e assim, facilitar o processo de espoliação em curso na Amazônia. Nas conclusões, procura-se mostrar que apesar de bem sucedida no decorrer dessas duas décadas, essa estratégia começa a mostrar sinais de esgotamento, existem evidências de retomada da “voz” por parte de alguns movimentos sociais na região, como é o caso da Via Campesina. A abordagem está referenciada no método histórico comparativo e na análise de processos e fenômenos sociais vinculados ao ambientalismo internacional.

**Palavras-chave:** Chico Mendes; Amazônia/ambientalismo; movimentos sociais.

## **Resumen**

### **Movimientos sociales en la Amazonía brasilera: veinte años sin Chico Mendes**

El Gobierno del estado de Acre, instituciones del gobierno federal, el Comité Chico Mendes, representantes del sindicalismo rural y la Red Globo de Televisión tomaron la iniciativa en 2008, de marcar a través de una serie de eventos los “veinte años sin Chico Mendes”. Las diversas escenificaciones anunciadas procuran coronar con “gran estilo” una monumental transmutación del legado revolucionario de uno de los principales líderes del sindicalismo rural en la Amazonía brasilera, convertido en pacato “ambientalista”. El objetivo de esta comunicación es mostrar que esa transmutación fue hábilmente articulada por el Estado (en el sentido ampliado) en una tentativa de re-significar la naturaleza y la cultura para fines de legitimación de la ideología del “desarrollo sostenible” y así facilitar el proceso de expoliación en curso en la Amazonía. En las conclusiones, se procura mostrar que a lo largo de esas dos décadas esa estrategia, a pesar de exitosa, comienza a mostrar señales de agotamiento, existen evidencias de retoma de la “voz” por parte de algunos movimientos sociales en la región, como es el caso de Vía Campesina. El abordaje está referenciado en el método histórico comparativo y en el análisis de procesos y fenómenos sociales vinculados al ambientalismo internacional.

**Palabras-clave:** Chico Mendes; Amazonía/ambientalismo; movimientos sociales.

### Abstract

#### Social Moviments in Brazilian Amazon: twenty years without Chico Mendes

The government of Acre, federal governmental institutions, the Chico Mendes Committee, representatives of the rural syndicalism and the Rede Globo TV had in 2008 the initiative to celebrate through several events “Twenty Years without Chico Mendes”. The different announced exhibitions pretended to crown in “high style” a monumental transmutation of the revolutionary legacy of one of the principal leaderships of the rural syndicalism in Brazilian Amazon converted in *insignificant* “environmentalist”. The objective of this paper is to show that this transmutation was skillfully articulated by the State (in wide conception) in an attempt of re-signifying nature and culture in order to legitimate the ideology of “sustainable development” to facilitate the process of spoliation already ongoing in the Amazon. In the conclusions we demonstrate that after two decades of apparently success, this strategy begins to show signs of collapse and there are evidences of some social movements, like Via Campesina, who are re-taking the “voice” of control in the region. The approach of this work is referenced in the historic comparative method and in the analysis of social process and phenomena connected to the international environmentalism.

**Keyword:** Chico Mendes; Amazon/Environmentalism; Social Movements.

### Introdução

O filme “Adeus Lênin” (Alemanha, 2003), dirigido por Wolfgang Becker, mostra de forma magnífica e com refinado humor, a manipulação de imagens com o intuito de esconder as transformações na antiga Alemanha Oriental após a queda do muro de Berlim e fazer crer a uma simpática sexagenária recém saída de um estado de coma, que nada havia mudado no país. Ao olharmos a manipulação da imagem de Chico Mendes nessas duas décadas pós assassinato parece que assistimos ao referido filme, porém, com intenções opostas. Isto é, neste caso, todos os esforços se voltam para convencer não a uma simpática senhora apaixonada pelo socialismo, mas sim a grandes multidões, de que tudo está mudando, quando na realidade, **essencialmente** (grifo dos autores) nada mudou. Embora esse “espetáculo” seja encenado num palco permeado pelas fumaças da devastação da exuberante floresta e contaminado pela insalubridade do odor da degradação social produzida nesse processo e, ainda assim, prevalece a imagem do seu oposto. Como explicar esse fenômeno? Obviamente, se tomarmos como referência a proeminência da imagem naquilo que Debbord (1997) denominou como “sociedade do espetáculo”, parece não haver grandes novidades no exame da questão proposta. Contudo, se o analisarmos por outros ângulos, tanto no que diz respeito ao lugar da encenação quanto ao elenco de “atores” nela envolvidos, acreditamos na possibilidade de escaparmos de desnecessários exercícios tautológicos.

Assim, nesta comunicação, procuramos analisar as singularidades dos usos e manipulações da imagem de Chico Mendes e as suas repercussões nos movimentos sociais atuantes na Amazônia brasileira. Para tanto, a subdividimos em três partes. Na primeira, “Chico Mendes em movimento”, procuramos situar a trajetória dessa liderança; na segunda, “Movimentos sociais com Chico Mendes”, colocamos em relevo o conteúdo inovador das alternativas apontadas pelos movimentos sociais no curso da luta de resistência pela terra; por fim, na terceira parte, “Vinte anos sem Chico Mendes”, situamos o processo de apropriação e manipulação da imagem para fins de legitimação da ideologia do “desenvolvimento sustentável”, bem como, os sinais de reação a ela por parte de alguns movimentos sociais, como é o caso da Via Campesina.

A base de dados aqui mobilizadas é resultante de um conjunto de pesquisas relacionadas com os movimentos sociais e sua interface com o processo de “modernização” capitalista na Amazônia Ocidental. Pesquisas estas desenvolvidas desde os anos de 1990 pelos autores, bem como de um envolvimento militante do primeiro autor nesses movimentos desde meados dos anos de 1980, quando Chico Mendes ainda vivia.

## Chico Mendes em movimento

Em uma de suas últimas entrevistas<sup>1</sup>, concedida no final de novembro de 1988 a Pedro V. Costa Sobrinho, então professor da Universidade Federal do Acre, Chico Mendes parecia antever o final próximo e trágico de sua existência. Nesse rico e apaixonado depoimento, ele registra de forma articulada e coerente os momentos que considerava mais marcantes na sua trajetória política, do contato inicial de um jovem morador das matas amazônicas, destituído do “conhecimento letrado”, com as idéias de um militante comunista originário do Nordeste brasileiro, até suas andanças no circuito ambientalista internacional três décadas depois. Como bem sugere Gabriel Garcia Márquez em “Viver para contar” (2003), “a vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”. Se é assim, poderíamos intuir que as recordações de Chico Mendes e a maneira como ele as transmite no seu relato podem, quando confrontadas com as proposições políticas materializadas no escopo das reivindicações do movimento dos seringueiros, servir como base de referência razoavelmente sólida para uma compreensão do legado deste personagem.

Chico Mendes nasceu em 15 de dezembro de 1944 na “colocação Bom Futuro”<sup>2</sup> no Seringal Porto Rico, localizado no então município de Xapuri, no estado do Acre. A migração ocorria e ocorre ainda com frequência nos seringais e com a família de Chico Mendes não foi diferente. Quando acontece um encontro que seria decisivo na sua trajetória, ele já estava morando na “Colocação Pontão” no Seringal Cachoeira, também localizado no município de Xapuri. Foi nesta localidade que Chico Mendes relatou ter conhecido, aos dezoito anos de idade, Euclides Fernandes Távora (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 25), um velho militante do Partido Comunista Brasileiro refugiado nas matas amazônicas. Depois de participar de diversos movimentos insurgentes no Brasil e na Bolívia, Euclides fazia-se passar por seringueiro vivendo numa “colocação” no Seringal Cachoeira.

Tanto nas conversas informais com Chico Mendes quanto na leitura de suas entrevistas transparece a idéia de um virtuoso encontro entre ele e Euclides, marcado por uma simpatia mútua. O jovem seringueiro demonstrava curiosidade sobre “as coisas do mundo” e vontade de aprender a ler, dado que não havia escolas nos seringais e a esmagadora maioria da população era desprovida do conhecimento letrado. O velho militante comunista, ao perceber o interesse que deve ter se sobressaído em relação aos demais com que mantinha contato, possivelmente intuiu que valeria a pena “investir politicamente” naquele trabalhador interessado e interessante. Assim, com o consentimento do pai de Chico Mendes, Euclides iniciou o processo de sua alfabetização. O método utilizado envolvia desde o uso de recortes de velhos jornais que Euclides guardava consigo, até os noticiários internacionais transmitidos pelo rádio, como os veiculados pela Central de Moscou e Voz da América. Na medida em que ia aumentando sua confiança no “aprendiz”, Euclides revelava o que ocultara dos demais seringueiros: a sua trajetória de militância política no Partido Comunista e sua dedicação apaixonada à causa revolucionária.

Caberia aqui um breve parêntese para refletirmos sobre as “peripécias” que os olhares de dois Euclides produziram na História. No início do Século XX, Euclides da Cunha,

<sup>1</sup> A referida entrevista foi compilada e publicada em dois formatos distintos: 1) “O Testamento do Homem da Floresta, Chico Mendes por ele mesmo”, organizado por Cândido Grzybowski editado pela FASE (1989); 2) “Chico Mendes: trajetória de uma liderança”, Costa Sobrinho (2006).

<sup>2</sup> “Colocação” é a denominação atribuída às unidades individuais de produção de borracha natural nos seringais nativos da Amazônia.

informado pelo pensamento positivista, lança um olhar sobre a dramática situação de exploração a que estão submetidos os seringueiros e os interpela como pobres coitados condenados a viverem à “margem da História”. Esse tipo de olhar influenciou de forma decisiva a construção de uma historiografia predominantemente caudatária dessa idéia de “ausência de sujeitos”. Meio século depois, Euclides Távora, com as lentes do pensamento marxista enxerga naquele mundo de exploração os sujeitos capazes de realizarem sua própria emancipação. Com as ferramentas ofertadas por Euclides Távora, Chico Mendes não só aprendeu a ler e escrever. Apreendeu, sobretudo, a paixão pelas idéias revolucionárias de seu “velho amigo e instrutor” (forma respeitosa com que se referia a Euclides) e ao seu modo, um método de análise da realidade que orientou sua trajetória política e o projetou para reescrever a História da luta de resistência de uma parcela dos segmentos sociais subalternos na Amazônia brasileira. Ainda há uma enorme lacuna no que diz respeito ao estudo dessa questão, isto é, como os ideais socialistas são apropriados por um morador das matas e reinterpretados de forma articulada com um “mundo estranho” à sua base de referência?

A rigor, essa apropriação/reinterpretação em contexto latino-americano não expressa nenhuma novidade, como evidencia, entre outras, as obras do revolucionário peruano José Carlos Mariátegui e do argentino Che Guevara. O que há de efetivamente singular é o tipo de intelectual que a catalisa, um camponês que não teve acesso à escola. É nas palavras do próprio Chico Mendes que podemos dimensionar o modo como ele interpretava esse fenômeno:

Sempre me perguntaram como é que cheguei a me tornar uma liderança importante no movimento dos trabalhadores. Será que eu sou o melhor de todos? De repente eu tinha uma cabeça melhor do que a de todos os outros companheiros. Essa pergunta até bem pouco tempo me recusava a responder. Agora posso explicar e aí é que está o âmago da história.

Ao explicar em detalhes o “âmago da história”, ele vai relatando o contato e a formação proporcionada por Euclides Távora, enfatizando o papel crucial do protagonismo dos trabalhadores na luta pela emancipação política. Para tanto, tornava-se imprescindível organizar associações, sindicatos, partidos políticos para levar adiante esse processo. Diz Chico Mendes (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 28-29),

Os últimos contatos com Euclides foram no ano de 1965. Nesse, suas conversas foram reveladoras. Dizia ele: Chico nós temos pela frente duros anos de repressão, de ditadura, de linha dura, mas fique certo de que o movimento de libertação nesse país e de qualquer lugar do mundo nunca se acabará. Eu ficava emocionado quando ele colocava aquilo. Falava que o ideal de liberdade iria continuar vivo. A ditadura podia continuar, 15, 18 anos, mas não duraria todo o tempo. O movimento de resistência iria se fortalecer, abrindo brechas para criação de novas associações e sindicatos. Apesar do controle das organizações trabalhistas pelo governo é lá que você tem que atuar. Euclides, meu velho amigo e instrutor, queixava-se de se encontrar muito doente. Nesse mesmo ano, saiu de sua colocação para Xapuri. Não voltei a encontrá-lo.

Depois do misterioso desaparecimento de Euclides Távora<sup>3</sup>, continua Chico Mendes, “fiquei isolado **com as idéias na cabeça**. Sem rumo, feito uma cortiça no meio do mar. E daí, o que fazer?” (grifo nosso). Acreditamos que essa “confissão” sintetiza de forma monumental a centralidade da figura de Euclides na formação de Chico Mendes, bem como o modo como este apreendeu a dialética: ele havia procurado no “amigo e instrutor” as ferramentas para compreender o mundo, de posse delas, ficou “sem rumo, feito cortiça no meio do mar” e entendeu que se “acharia” na ação, foi o que fez a partir de então. Colocou

<sup>3</sup> Ainda não foi esclarecido até o presente (2008), o destino desse grande revolucionário brasileiro.

as idéias em ação e, no cotidiano dos embates políticos, teve a rara sensibilidade de buscar nos “ensinamentos do amigo e mestre” as certezas e incertezas que permeiam a ação dos sujeitos em particular e os eventos da História em geral.

Logo depois da partida de seu “amigo e instrutor”, Chico Mendes relata que começou a luta organizando atos de desobediência dos seringueiros em relação aos patrões. Tais atos consistiam basicamente em burlar a vigilância interna nos seringais e vender parte da produção para os intermediários, que pagavam um preço melhor. Em meados da década de 1970, mais precisamente em 1975, participou da fundação e da primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília e, em 1977, da fundação do STR de Xapuri, assumindo neste o cargo de presidente, de 1982 até o dia em que foi assassinado, 22 de dezembro de 1988. Nesse período participou ainda da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participando da Direção Nacional e da CUT estadual no Acre como primeiro presidente eleito. Liderou as articulações que resultaram na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985. Atuou também ativamente na política partidária, elegendo-se vereador em 1976 pelo então MDB, partido de oposição à ditadura militar. Ao perceber que o MDB “fazia o jogo dos patrões”, assumiu junto com outros sindicalistas a tarefa de construir o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre, a partir de 1980. Por esse partido, concorreu nas eleições de 1982 e de 1986 a uma vaga de deputado na Assembléia Legislativa Estadual. Militante de uma corrente clandestina organizada nos moldes do marxismo-leninismo, que atuava no interior do PT, denominada a partir de 1984 Partido Revolucionário Comunista (PRC), Chico Mendes enfrentou severas perseguições também no interior do PT, tendo sido derrotado nas eleições de 1982 em razão da campanha anticomunista desencadeada contra ele por uma parte da hierarquia e da militância “petista” da Igreja católica.

Essa rica, tensa e intensa trajetória política aqui sumariada, nos possibilita dimensionar razoavelmente a magnitude dos desafios enfrentados por Chico Mendes no sentido de mover-se em tantos “campos minados”: o sindicalismo rural e urbano, a militância clandestina e a política partidária com todo o universo de conflitos inerentes a cada um desses espaços de ação política. Como se ainda não bastasse, após a criação do CNS, Chico Mendes se defrontou com interlocutores ligados ao ambientalismo internacional, com toda a complexidade da sua linguagem e tendências internas. Sobre essa novidade, o “amigo e instrutor” Euclides, obviamente por não ter vivenciado a emergência da “onda verde”, não o havia advertido. As propostas inovadoras ensejadas na luta de resistência dos seringueiros, sejam na forma de organização política (CNS), sejam de reforma agrária (Reservas Extrativistas) não podem ser compreendidas fora desse contexto. Dito de outro modo, se é verdade, como queria o próprio Chico Mendes, que ele não poderia ser analisado “individualmente”, à revelia do movimento do qual era integrante, também não é possível analisar com profundidade o referido movimento sem levar em conta as singularidades de sua liderança mais expressiva, dado o seu papel crucial na mediação com interlocutores diversos, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, no sentido atribuído por Gramsci (1979).

## **Movimentos sociais com Chico Mendes**

No começo dos anos de 1980, tornavam-se mais visíveis as imagens da produção destrutiva resultante da expansão capitalista para a Amazônia. O conjunto de políticas implementadas pela ditadura militar no sentido de “integrar” a Amazônia ao “desenvolvimento” do país, mormente àquelas voltadas para implementação de grandes projetos na área de mineração e siderurgia, pecuária extensiva de corte, exploração florestal madeireira e toda implantação de infra-estrutura a eles associados, como energia, transporte e comunicação, produziu, em pouco mais de uma década, impactos brutais sobre a vida das populações locais e o meio ambiente em geral.

Na esteira dessa marcha destrutiva rumo à Amazônia, vão se re-configurando as inúmeras formas de resistência que marcam a trajetória das populações dessa região desde

a chegada do colonizador europeu em fins do século XVI. Diante de uma monumental escala de intervenção territorial que atinge simultaneamente populações indígenas e camponesas diversas, estas passam a buscar formas de enfrentamento correspondentes às necessidades de sobrevivência. A percepção endógena dessa situação acaba se confluindo, ainda que provisoriamente, com os influxos externos de diferentes sujeitos e atores sociais que passam a se fazer presentes para “organizar” as diferentes lutas de resistência. No caso do campesinato, o sindicalismo rural liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passam a ter um papel crucial, tanto na parte oriental quanto na ocidental, em especial no Pará e Acre, respectivamente. O sindicato como forma de organização política e o Estatuto da Terra como referência jurídica legal para resolução dos conflitos fundiários, acabariam “forçando por baixo” a contra-face da homogeneização impulsionada “de cima” pelo capital.

Dito de outro modo, ao desconsiderar ou desconhecer as formas existentes de organização dos diferentes segmentos desse campesinato – tais como ribeirinhos, seringueiros, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu – e enquadrá-los no modelo distributivista de reforma agrária previsto no Estatuto da Terra, tanto CONTAG quanto CPT concorrem efetivamente para padronizar formas de organização política e de reprodução social dessas populações camponesas. Deve-se lembrar que a sua complexidade e diversidade foi consideravelmente acentuada com o fluxo de migração dirigida pelo Estado brasileiro no pós 1970, via criação de projetos de colonização na região amazônica, que atraiu uma grande quantidade de famílias de migrantes expropriados da terra no Centro-Sul. É nessa perspectiva que se deve problematizar a trajetória do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, um dos movimentos mais expressivos e emblemáticos da luta de resistência pela terra entre os anos de 1970/80. Sem essa problematização, não se consegue perceber com “todas as cores” a importância de Chico Mendes nesse movimento.

Ao analisarmos em outro lugar (PAULA & SILVA, 2008) a trajetória desse sindicalismo na Amazônia Ocidental, procuramos mostrar as nuances que concorreram para fazer com que, no Acre, uma parcela desse sindicalismo vislumbrasse uma dupla ruptura: com a homogeneização imposta de “cima” pelo capital e com aquela “forçada por baixo” pelo sindicalismo da CONTAG. Aqui reproduzimos com algumas modificações um trecho síntese da referida análise. No Acre, dada a forte resistência do campesinato e populações indígenas ao processo de expropriação capitalista na sua fase inicial, a destruição acabou sendo um pouco mais contida, diferentemente do que ocorreu em Rondônia. No decorrer de apenas uma década, praticou-se um desmatamento em larga escala, para fins de implantação de uma agropecuária “moderna”, deixando um rastro de destruição ambiental agravado pelo massacre sistemático dos povos indígenas que viviam/vivem habitam o território rondoniense.

Esse fato passou a ser largamente denunciado por organizações e movimentos ambientalistas internacionais. Dado que o Banco Mundial teve um papel ativo nesse processo, via financiamento de obras de infra-estrutura – como a pavimentação da BR 364 no trecho Cuiabá-Porto Velho – a instituição passou a constituir-se num dos principais focos de pressão desses movimentos. O caso de Rondônia anunciava o futuro reservado às terras acreanas nesse processo intenso de expansão da fronteira.

Diferentemente do momento de fundação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) no Acre (a partir de 1975), em que havia uma forte unidade em torno da matriz do Estatuto da Terra como marco de referência legal para encaminhamento das reivindicações do campesinato no que diz respeito à regularização da posse e uso da terra, nos anos de 1980 essa unidade seria rompida. Seja em razão das diferentes leituras da chamada “redemocratização do país”, interpretada em chave liberal como o retorno dos civis ao governo, seja daquelas estritamente voltadas para a resolução dos problemas fundiários. Enquanto o grupo majoritário de lideranças do MSTR ligadas à CONTAG passa a privilegiar sua ação política na esfera institucional, ocupando espaços abertos no âmbito do governo

estadual<sup>4</sup> a fim de viabilizar a “reforma agrária possível”, os dirigentes do STR de Xapuri e aqueles ligados às oposições sindicais vinculados à CPT decidem manter-se numa posição de independência e apostar na intensificação das mobilizações coletivas como principal forma de luta pela terra.

Não havia, contudo, consenso nessa dissidência do MSTR no Acre em termos do “modelo” de reforma agrária a ser seguido. Os sindicalistas ligados à CPT não rompem com o modelo distributivista e produtivista que inspirava o Estatuto da Terra, mantendo-o, a exemplo da CONTAG, como referência de atuação no enfrentamento dos conflitos fundiários. As lideranças do STR de Xapuri, preocupadas em atender as demandas de sua principal base social, os seringueiros, começam a defender a idéia de que a resolução efetiva dos conflitos passava necessariamente pelo reconhecimento de seus direitos sobre a área total de suas colocações. A avaliação de Chico Mendes, que foi presidente do STR de Xapuri entre 1982 e 1988, é muito precisa nesse sentido. De acordo com ele, além de legitimar a usurpação da terra – ao reconhecer os latifundiários como proprietários, seja na forma de desapropriação pelo INCRA para criar projetos de colonização, seja nas negociações diretas – a saída dos seringueiros para os loteamentos havia resultado em grande fracasso (LINHARES, 1992).

A importância da liderança de Chico Mendes nesse movimento nucleado em Xapuri deve-se, sobretudo, à sua formidável capacidade de fazer as conexões entre o particular e o geral. Nesse processo, tão importante quanto o seu resultado imediato – a crítica ao modelo de modernização pautado na destruição da floresta e a elaboração da proposta de Reservas Extrativistas como alternativa a ele – foi a difícil construção de diálogos entre atores sociais e interlocutores diversos. Ao contrário do que se afirma correntemente, o encontro entre a luta de resistência dos seringueiros com organizações e movimentos ambientalistas não se deu de forma tão “harmônica”.

Apesar da concordância entre esses diversos atores sociais em torno de um objetivo comum – impedir a devastação da floresta amazônica – existiam (existem) enormes polêmicas quanto ao destino que deveria ser dado à região. Para aquelas organizações e movimentos ambientalistas inspiradas no antropocentrismo, dever-se-ia pensar formas de uso compatíveis com a conservação do meio ambiente; para as de inspiração ortodoxa<sup>5</sup>, o fundamental era preservar o ambiente natural. Logo, não há uma aproximação automática com os “ambientalistas” quando se trata de pensar as alternativas. Imaginemos, portanto, Chico Mendes buscando aliados nesse “ambiente político”! Do mesmo modo, transitar no interior do sindicalismo e de organizações partidárias de esquerda, como fazia Chico Mendes, com idéias consideradas “ambientalistas”, também não era fácil.

A formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ocorre nesse contexto. Abordada por diversos autores – Grzybowski (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991; 2005); Aymone (1996); Gonçalves (1998); Silva (2001); Silva (2005) – é interpretada em linhas gerais como fenômeno social mais amplo que marca a emergência de outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, percebem a origem do CNS como uma organização de novo tipo. Valendo-se da experiência de Xapuri<sup>6</sup>, o CNS teria como objetivo constituir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da

<sup>4</sup> A exemplo do que ocorreu na maioria das unidades federativas, a oposição liderada pelo MDB venceu no Acre as eleições para o governo estadual em 1982, acenando com a promessa de atender diversas demandas sociais reprimidas.

<sup>5</sup> Para o antropocentrismo a relação com a natureza é percebida a partir de critérios utilitaristas, definidos a partir das necessidades humanas; entre os ortodoxos a percepção é inversa, isto é, a humanidade deve submeter-se aos imperativos da ordem cósmica (VINCENT, 1995).

<sup>6</sup> Os inúmeros “empates” realizados na década de 1980 em Xapuri, produziram como um de seus resultados a formação de uma identidade política dos seringueiros. Em síntese, ela expressa a oposição aos fazendeiros e afirmação de direitos e valorização do seringueiro como “protetor” da floresta. Maiores informações ver Paula (1991).

sociedade civil em nível nacional e internacional. A rigor, as intenções iniciais que nortearam sua formação pareciam bem mais modestas. Somente a partir do II Encontro Nacional, em 1989, que passa a ter a amplitude supra referida. Chico Mendes afirma que o surgimento do CNS resultava principalmente das limitações do sindicalismo rural em incorporar bandeiras de lutas de categorias minoritárias. Ao analisar as relações dessas “unidades de mobilização” com o sindicalismo rural, Almeida (1989, p.13) afirma que elas “apresentam-se, pelo menos, sob dois aspectos: suplantaram-nas na sua condução e orientação das lutas, onde elas se mostram frágeis e subordinaram-se ou têm sido conduzidos por elas onde se mostraram eficazes nas mobilizações”. Afinal, continua o referido autor, “também nas estruturas sindicais são detectados níveis de contradição que podem inibir ou não a capacidade mobilizatória”.

As estratégias adotadas pelo CNS para legitimar-se como representação política na região amazônica confirmam as observações acima. Tanto na Amazônia-acreana, quanto no Sudeste do Pará e Maranhão, o CNS apoiou-se no sindicalismo mais mobilizado. Em alguns municípios, articulou-se com as oposições sindicais e estabeleceu como meta conquistar as direções dos respectivos sindicatos. Onde não havia organização sindical, como Rondônia, ou a sua presença era pouco expressiva, procurou estruturar outras formas organizativas como associações de seringueiros e as comissões municipais e regionais do CNS.

Ao olharmos a trajetória do CNS nessas duas décadas de sua existência, podemos ter uma idéia das ambigüidades e indefinições que a caracterizam. Num primeiro momento – compreendido entre o I e II Encontro – os esforços da direção provisória concentram-se na ampliação de sua base de apoio interna e externa. Enquanto no âmbito interno a estrutura sindical representou principal ponto de apoio, externamente, diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos ambientalistas cuidaram de fazer a “ponte” com a sociedade civil nacional e internacional, divulgando a luta dos seringueiros. A idéia de alternativas àquele modelo de produção destrutiva na Amazônia contida no escopo da proposta de Reserva Extrativista (RESEX)<sup>7</sup>, cumpriu papel decisivo, atraindo simpatias em segmentos diversos. Em linhas gerais, propunha-se com as RESEXs uma transformação radical na lógica de apropriação dos recursos naturais e dos resultados do trabalho. Isto é, ao invés de ser apropriada para fins de acumulação por parte dos capitais privados, a terra passaria a ser incorporada ao patrimônio nacional como um bem público, assegurando-se os direitos das populações nela residentes de definirem coletivamente as forma de gestão e uso social, mediante estabelecimento de contratos de Concessão Real de Uso. Aí residiram formas de conquista de territórios por populações que há anos já estavam a produzir nestes espaços. Em linhas gerais, esses são os pressupostos que deram suporte teórico à proposta que levou à territorialização das Reservas Extrativistas<sup>8</sup>.

Para viabilizar as RESEXs, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na dotação de meios necessários para o uso sustentável dos recursos naturais. Tal sustentabilidade requeria, necessariamente, a valorização das práticas e saberes acumulados por essas populações na sua interação com a natureza. Ou seja, dado que a biodiversidade era – e continua sendo – largamente desconhecida na Amazônia, dever-se-ia, a médio e longo prazo, desenvolver pesquisas com intuito de apropriar-se da ciência para gerar novas tecnologias voltadas para a utilização dos diversos recursos naturais. No curto prazo, priorizar-se-ia a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente exploradas pelas populações extrativistas. Cabe ressaltar que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista. Compõe ainda esse conjunto de

<sup>7</sup> Apesar de ter sido elaborada formalmente em meados de 1985, com contribuições de intelectuais diversos, as RESEX foram gestadas no processo de resistência secular dos seringueiros. A esse respeito ver entre outros (PAULA, 1991).

<sup>8</sup> As RESEX foram instituídas através do Decreto-Lei Presidencial n.º 98.987/90. No essencial, elas foram pensadas inicialmente como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas.

proposições iniciais, o incentivo às populações dessas áreas para criarem ou fortalecerem organizações destinadas a assegurar a autonomia e autogestão. Tais objetivos traduzem-se em iniciativas do tipo cooperativista voltadas para eliminar as práticas de exploração do trabalho engendradas sob o contexto das relações mercantis, bem como naquelas de cunho mais político direcionadas para coordenar a gestão nas RESEXs, visando assegurar o máximo possível de autonomia. Ou seja, pretendia-se construir “por baixo” a sustentabilidade econômica sociocultural e política da RESEX. Deve-se lembrar que não se trata de um fenômeno isolado. Iniciativas similares ocorrem em diversos países da América Latina, conferindo novos significados “às lutas dos grupos indígenas e camponeses pela socialização da natureza, pela re-apropriação democrática de seu patrimônio de recursos naturais e culturais e pela autogestão de suas potencialidades ambientais” (LEFF, 2000, p. 345). É nessa direção que o movimento dos seringueiros marchou no “tempo de Chico Mendes”.

## Vinte anos sem Chico Mendes

O episódio do assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 produziu inimagináveis repercussões de alcance mundial. Vinte anos depois, ainda não fica inteiramente compreensível porque esse, entre centenas de crimes similares contra lideranças camponesas e indígenas na Amazônia, teria sido o “eleito” pela mídia internacional para emblematicar, a seu modo, a “questão ambiental” na região. Esses crimes continuaram e continuam acontecendo, às vezes envolvendo grandes massacres, como foram os casos ocorridos na década de 1990, de Corumbiara em Rondônia e Eldorado dos Carajás no Pará, que juntos somaram cerca de cinquenta assassinados e cuja repercussão nem de longe se aproximou ao “caso Chico Mendes”. O Único crime que teve repercussão internacional comparável foi o assassinato da irmã Doroth Stang (natural dos Estados Unidos da América) em Anapu, Pará, no ano de 2005.

Depois de passadas duas décadas, é possível percebermos a partir dos usos e abusos da imagem de Chico Mendes, inclusive por parte de seus algozes, que este pode ter sido tudo, menos um evento aleatório, espontâneo. É possível admitirmos a hipótese de que o chamado ambientalismo internacional, nas suas diversas tendências ideológicas e interesses que as consubstanciam, teria sido o principal agente de indução desse fenômeno em escala mundial. Apesar do espaço nessa comunicação ser insuficiente para apresentar a bases de sustentação dessa hipótese, esperamos apontar, no seu conjunto, evidências razoavelmente substanciais nessa direção.

Dados esses esclarecimentos preliminares, podemos seguir adiante. A monumental repercussão mundial do assassinato de Chico Mendes interferiria de maneira significativa não só na trajetória do CNS, como também, do sindicalismo rural, movimento indígena e demais movimentos sociais emergentes na Amazônia brasileira. Repentinamente, o CNS passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político regional e grande visibilidade internacional, particularmente na Europa Ocidental e EUA. O II Encontro dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, que reuniu seringueiros e índios em Rio Branco, Acre, em fevereiro de 1989, foi financiado por Agências Não-Governamentais (ANGs) internacionais através da intermediação de ONGs que exerceram forte influência na condução do Encontro, inclusive na modificação do Estatuto do CNS (PAULA, 1991).

Ao analisar a aproximação de organizações ambientalistas com movimentos indígenas na América Latina, Leff (2000) afirma que elas teriam contribuído para difundir uma cultura democrática no continente. Neste caso analisado aqui, parece não se confirmar essa suposta afirmação de valores democráticos por parte da maioria dessas organizações. Ao contrário, elas estiveram – e estão – mais empenhadas em impor uma visão sobre a questão ambiental mais conveniente a re-configuração do domínio de tipo neocolonial na Amazônia, conforme mostra Paula (1991; 2005; 2006; 2008). As encenações que marcaram o II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta em Rio Branco (1989) parecem bastante reveladoras nesse sentido. Além de uma exploração exaustiva de

imagens do exotismo dos “povos da floresta”, diversas ONGs e movimentos ambientalistas procuraram dar a “direção” para o evento. As mudanças operadas no Estatuto do CNS nesse Encontro, atribuindo maior ênfase à sua face ambientalista, bem como a formalização da “Aliança dos Povos da Floresta”, que pretendia unificar os movimentos de seringueiros e índios, resultou em grande medida da interferência dessas organizações.

Entre o II e o III Encontros, um grupo de lideranças sindicais e assessores diretos do CNS ligados à CUT pela Base<sup>9</sup> procuravam imprimir uma reorientação política ao CNS, apoiada em três eixos fundamentais: 1) afirmação da autonomia do CNS frente a “tutela” das ONGs ligadas ao ambientalismo internacional; 2) priorização de uma política de alianças com organizações e movimentos envolvidos na luta pela reforma agrária, tal com queria Chico Mendes; 3) fortalecimento da organização sindical de base. No III Encontro (1992) houve a consagração dessa estratégia política. Diferentemente dos Encontros anteriores, em que a participação nos debates era livre, com a palavra franqueada a todos os participantes, neste só o faziam os delegados eleitos; e a sua condução foi centralizada pelas principais lideranças do movimento, a exemplo do que ocorre nos congressos da CUT e CONTAG. Foi uma espécie de recado dirigido aos representantes de diversas ONGs e outros observadores presentes, isto é, a partir daquele momento a direção do CNS pretendia afirmar a autonomia do movimento e assumir o controle do processo de mediação, seja com instituições governamentais ou com as não-governamentais e multilaterais, diretamente, sem intermediações.

Essa atitude, somada ao perfil da “nova aliança” entre seringueiros e trabalhadores agroextrativistas da Amazônia Oriental, teve repercussões profundas nas relações externas do CNS. Muitas ONGs afastaram-se e algumas agências começaram a fazer restrições a seus projetos de financiamento. Enfim, houve uma reconfiguração das relações instituídas até então. Procurou-se estabelecer uma aproximação maior com movimentos ambientalistas como o Greenpeace, que participou ativamente da mobilização coletiva mais expressiva da História do CNS: o “Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta Amazônica”, realizado em meados de 1993<sup>10</sup>.

Em face do aumento das pressões internacionais sobre o governo brasileiro e da criação das primeiras RESEXs, em 1990, o CNS passou a defrontar-se com a necessidade de apresentar propostas de desenvolvimento “mais concretas”. No caso específico do Acre, “terra de Chico Mendes”, o CNS transformou-se em um dos principais catalisadores dos debates sobre desenvolvimento na região – sua presença tornou-se obrigatória em todos os eventos dessa natureza – e possibilitou a participação das mais variadas correntes de pensamento, que passaram a opinar sobre as “alternativas de desenvolvimento”.

A reivindicação de políticas públicas específicas para seus representados, articuladas com incentivos à adoção de “alternativas de desenvolvimento” apoiadas em financiamentos externos provenientes de diversas ANGs<sup>11</sup>, constitui-se na marca fundamental das estratégias adotadas nessa fase pelo CNS. No plano institucional, as “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia” (1993) sintetizam em quatro eixos as demandas de sua base social: 1) Resolução dos conflitos fundiários e criação de novas RESEXs; 2) Dotação de infra-estrutura social e produtiva nas áreas reformadas; 3) Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias apropriadas para as RESEXs; 4) Subsídios e garantia de mercado para borracha natural oriunda dos seringais nativos. Pode-se afirmar que o referido Programa, que estampa a fotografia de Chico Mendes na

<sup>9</sup> Trata-se de uma corrente sindical formada por sindicalistas ligados a organizações de esquerda marxista e de extração católica.

<sup>10</sup> Teve como objetivo pressionar o governo federal para elevar os preços da borracha natural e criar subsídios. As manifestações ocorreram em diversas capitais. Em Brasília, a caravana de extrativistas bloqueou a entrada do Ministério da Fazenda, que acabou atendendo parcialmente as reivindicações.

<sup>11</sup> As Agências Não-Governamentais (ANGs) repassam esses financiamentos (via de regra, a fundo perdido) através de complexos circuitos transnacionais de intermediações que envolvem as ONGs, os movimentos sociais e/ou “comunidades locais”. Maiores informações sobre a atuação delas no Acre, ver Paula (2005).

capa, representou nesses últimos vinte anos a única iniciativa de maior envergadura desse movimento no sentido de associar o conteúdo da luta dessa liderança à sua imagem, tanto é que foi reproduzido também em língua inglesa.

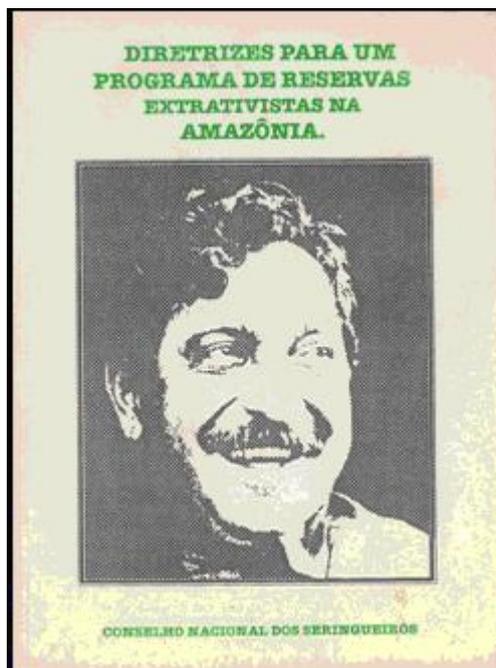


Figura 1: Imagem da Capa das Diretrizes (1993)

Obviamente, o “hegemon” do ambientalismo internacional além de ignorar de forma solene as “Diretrizes”, intensificou a sua ofensiva no sentido de impor o seu receituário. Na esteira da “Eco 92” realizada no Rio de Janeiro e sob os auspícios do Banco Mundial – via “Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7)<sup>12</sup> – promove um conjunto de ações articuladas e bem sucedidas no sentido de desarticular a resistência das populações camponesas e indígenas na Amazônia. A criação na cúpula gerencial do PPG7 em Brasília de uma rede de organizações atuantes na Amazônia denominada “Grupo de Trabalho Amazônia” (GTA), que agrega atualmente cerca de 600 organizações dos mais variados tipos, inclusive ONGs, cumpriu eficazmente o seu papel de difusão na esfera da sociedade civil, da ideologia do “desenvolvimento sustentável” preconizada pelo Banco Mundial. Assim, diferentemente do início dos anos de 1990, caracterizado pela tentativa de reconquistar uma “autonomia relativa” desse movimento, a partir do IV Encontro Nacional do CNS, realizado em Brasília no ano de 1995, a política de aproximação de forma subordinada da direção do CNS a esse ambientalismo internacional se intensifica. Havia chegado a hora, diziam as principais lideranças do CNS, de mudar as estratégias e apostar nos grandes projetos, como o Projeto Reservas Extrativistas, instituído no âmbito do PPG7.

Esse movimento de cooptação ganha maior fôlego com a vitória da “Frente Popular” no estado do Acre nas eleições para o executivo estadual em 1998. Liderada pelo Partido dos Trabalhadores, essa coalizão de 13 partidos, a maioria de centro-direita, na figura de seus principais dirigentes, Jorge Viana (governador) e Marina Silva (senadora), aprofunda em nível a adoção das diretrizes do modelo de “desenvolvimento sustentável” imposta pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. A imagem de Chico Mendes,

<sup>12</sup> Programa financiado pelo “Grupo dos oito países ricos”, por intermédio do Banco Mundial, teve como objetivo implícito, impor o re-ordenamento do uso do território amazônico segundo o doutrinário neoliberal consubstanciado no modelo de “desenvolvimento sustentável” por ele difundido. A legitimação do saque dos recursos naturais, nessa nova fase de espoliação, passava necessariamente pelo “amansamento” das chamadas “populações tradicionais”, usando, sobretudo a cooptação das lideranças dos movimentos sociais reativos, um velho artifício usado há séculos pela colonização euro-estadunidense.

que já vinha sendo “destilada” de seu conteúdo passa a ser re-significada de forma mais ousada para fins de legitimação do grupo governante e, obviamente, abre passagem para um tipo de espoliação<sup>13</sup> consentida pelos “de baixo” e aplaudida pelos de “cima”.

Sob a insígnia do “desenvolvimento sustentável” foram tomadas diversas iniciativas – envolvendo empresas, governo, ONGs e organizações comunitárias – voltadas para a satisfação dos interesses das grandes corporações, do agronegócio, especialmente da madeira e pecuária. Instrumentos como a concessão de florestas públicas para exploração de madeiras por empresas privadas, instituídas através de legislação estadual e federal (Lei estadual 1427, aprovada na Assembléia Legislativa do Acre em 2001, lei 11284, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em março de 2006), desregulamentação do uso das unidades de conservação como as Resexs, para fins de exploração madeireira, legalização da grilagem de terras (MP 422/2008) linhas de crédito para a expansão da pecuária, denotam uma pequena amostra dessa monumental ofensiva nessa nova escalada da mercantilização da natureza em território amazônico. As imagens reproduzidas a seguir (figuras 2, 3 e 4) mostram por si a magnitude dessa operação.

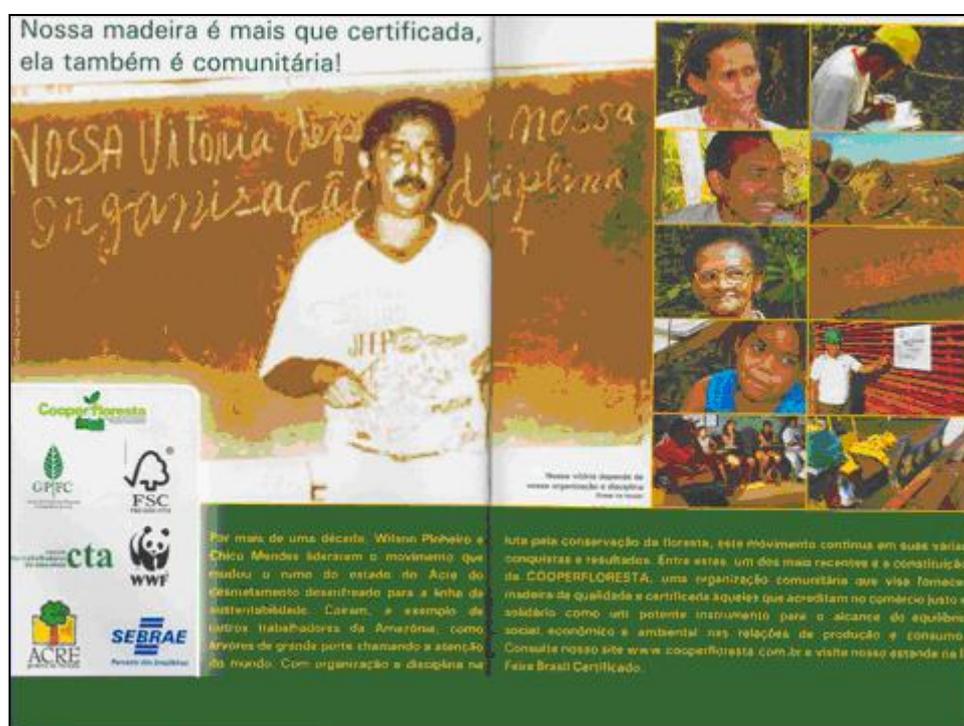


Figura 2: Matéria publicada na *Revista Referência VIII (54)*, abril de 2006.

<sup>13</sup> Ao nos referirmos a “espoliação” o fazemos no sentido atribuído por Harvey (2004). De acordo com ele, a “acumulação via espoliação” é caracterizada de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”, expressa entre outros, nas privatizações, agravamento da destruição ambiental, supressão de direitos e intensificação da mercantilização da natureza.

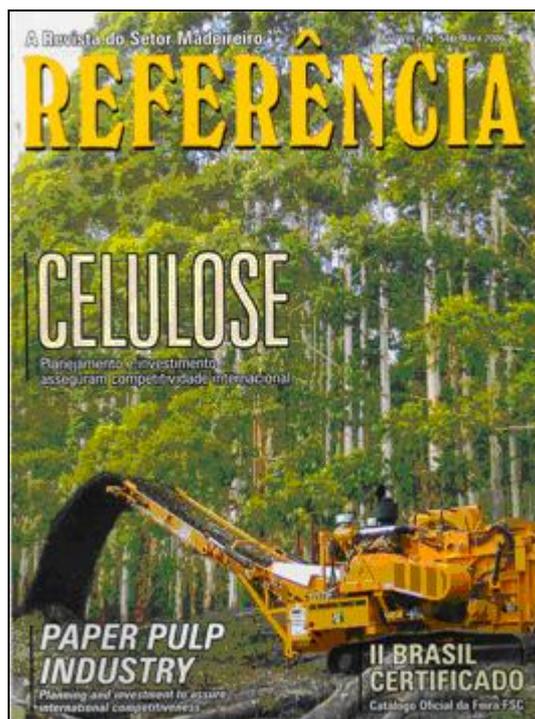


Figura 3: Capa da *Revista Referência*, VIII (54), abril 2006



Figura 4: Fotografia de Chico Mendes na Expoacre, 2008 (Fotografia: Paula Ramila de Freitas)

Na figura 2, gostaríamos de chamar a atenção para quatro aspectos essenciais: 1) a matéria está publicada numa revista de “referência” do agronegócio da madeira, cuja capa aparece na figura 3; 2) a articulação entre empresa (a revista e o Sebrae), governo (símbolo do “governo da floresta”), “organizações comunitárias” (Cooperacre), ONGs (CTA) e ambientalismo internacional (WWF e FSC) aparece de forma cristalina; 3) a imagem de Chico Mendes é usada sem “cerimônias” por uma das expressões máximas do capitalismo predatório na Amazônia e no mundo, por essa razão, combatido intransigentemente pelo movimento liderado por esse personagem que empenhou sua vida nessa luta. É exatamente essa radicalidade do legado de Chico Mendes que a referida imagem procura ocultar; 4)

além de usar fotografias descontextualizadas de “gentes da floresta” para criar uma falsa sensação de aprovação do “manejo sustentável” da “exploração comunitária” de madeira, a organização que supostamente os representaria, a Cooperacre, na realidade representa os interesses empresariais, e é para isso que ela foi criada por iniciativa do governo estadual do Acre.

Na figura 4, a manipulação e re-significação da imagem de Chico Mendes alcança um grau ainda mais sofisticado e inimaginável para os que acompanharam de perto a trajetória das lutas de resistência na Amazônia e não se converteram em “mercadores da natureza”<sup>14</sup>. Ela tem dois componentes interessantes. O primeiro busca reforçar a versão oficial do “governo da floresta” pautada numa reinvenção da História da conquista do Acre. Ela passa a ser interpretada como uma sucessão de episódios marcados pela presença de heróis que atuaram de forma decisiva na afirmação dessa conquista. A fotografia situada no lado esquerdo da de Chico Mendes é a do patrão seringalista Plácido de Castro, herói da chamada “Revolução Acreana”, denominação atribuída aos conflitos fronteiriços que resultaram na anexação ao território do Estado brasileiro no início do século XX de uma porção territorial então pertencente à Bolívia e ao Peru. Com esse tipo de associação de imagens, procura-se apagar por completo a violência da conquista do território que envolveu não só as escaramuças com os países vizinhos, mas também e, sobretudo, a brutal exploração da força de trabalho praticada pela empresa seringalista. Além da dizimação e escravização de povos indígenas, a empresa seringalista submeteu a um regime de semi-escavidão os migrantes pobres do Nordeste brasileiro deslocados para as matas amazônicas. É dessa linhagem de gentes exploradas que surge o seringueiro Chico Mendes, cuja vida foi dedicada à luta pela emancipação dessas populações e da classe trabalhadora em geral. Portanto, não existe a linha de continuidade em relação ao gaúcho e seringalista Plácido de Castro. Ao contrário, o legado de Chico Mendes aponta para uma ruptura. O segundo componente diz respeito ao lugar em que foram estampadas as imagens, a “Feira agropecuária do Acre”, uma espécie de “templo” do agronegócio da pecuária e madeira na região. O disparo que ceifou, prematuramente, a vida de Chico Mendes, foi feito por um fazendeiro pecuarista. O planejamento e financiamento do crime teriam envolvido, segundo os noticiários, organizações representativas deste segmento, como a União Democrática Ruralista (UDR). Enfim, como num ato mágico, as imagens vão adquirindo vida e, neste caso, servindo para negar a existência da vida do revolucionário Chico Mendes, na forma de espetáculo. Lembrando Debord (1997, p. 18):

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui.

Assim, valendo-nos ainda de Debord, diríamos que um dos maiores desafios dos movimentos sociais hoje na Amazônia é o de escapar das imagens, do espetáculo que encobre esse monumental aparato de espoliação capitalista em marcha batida também na Amazônia. Trata-se de um período nitidamente diferenciado daquele em que viveu Chico Mendes, marcado pelo triunfo avassalador da hegemonia neoliberal, cujos efeitos sobre as

<sup>14</sup> Expressão utilizada por Paula (2005), para designar um vasto segmento de lideranças sindicais, comunitárias, partidárias, intelectuais orgânicos, entre outros, vinculados outrora às lutas de resistência e que passam na virada do século XX a aderir a ideologia do “desenvolvimento sustentável” difundida pelo imperialismo.

lutas de resistência camponesa e indígena na Amazônia ainda não foram suficientemente analisados. Dito de outro modo, deslindar as imagens que compõem o espetáculo na sua forma contemporânea pode nos auxiliar a compreender as razões que levaram a maioria dos movimentos sociais a aderir de forma ativa a um projeto que na sua essência expressa a negação das bandeiras de lutas empunhadas anteriormente. Estamos nos referindo explicitamente à adesão desses movimentos à ideologia do “desenvolvimento sustentável” preconizada pelo Banco Mundial e demais agências multilaterais, ANGs e ONGs.

No decorrer de uma década, naturalizou-se a idéia de que a conservação dos bens naturais estaria sujeita às supostas “determinações de mercado”. Difundiu-se, ainda, a idéia de que não fazia mais sentido pensar em projetos “totalizantes”, dever-se-ia concentrar esforços em iniciativas de cunho local. Todo o arcabouço ideológico do “desenvolvimento sustentável” imposto pelo imperialismo está ancorado nesses fundamentos que acabam de ruir com a recente crise financeira. O mais incrível de tudo isso, é que até o momento (13 de novembro de 2008) os “mercadores da natureza”, tão convictos das virtudes do “mercado” como “benfeitor” da natureza, parecem manter inalteradas suas ladainhas. É como se uma coisa não tivesse nada a ver com outra, isto é, a crise do sistema financeiro com a ideologia neoliberal.

Finalmente, ao sucumbirem no turbilhão produzido pelo espetáculo, parte substancial de importantes movimentos sociais de outrora, como o sindicalismo rural e CNS, saíram da condição de protagonistas da luta de resistência e passaram a constituir-se em meros objetos do capital. Em decorrência dessa subordinação e dos efeitos dela resultantes, tornaram-se “peças decorativas na região” e atravessam uma grave crise de representação. É nesse sentido mais subjetivo, e não em face do assassinato, que eles estão “sem Chico Mendes”. Contudo, é possível vislumbrar as lutas de resistência que notabilizaram a trajetória de Chico Mendes em outros movimentos emergentes, como é o caso da Via Campesina, que podem sinalizar uma nova fase de lutas. Nela vislumbram-se, a exemplo do que vem ocorrendo em vários países da América Latina, como Bolívia, Peru, Equador, Paraguai, Colômbia e México, tentativas de responder à ofensiva da internacionalização do capital na região com estratégias de resistências que se projetam para além das fronteiras nacionais, ancoradas em lutas concretas nessa escala. As ações protagonizadas pelo MAB/Rondônia contra as hidrelétricas do rio Madeira, os encontros de povos indígenas da fronteira tri-nacional (Brasil, Peru, Bolívia) indicam algumas dessas evidências.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Revista da ABRA, 19(1), 1989.

AYMONE, T. I popoli della foresta. Torino: Bollati Boringhiere Ed., 1996.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. Estudos Avançados, 19(54), 2006.

BORON, A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA SOBRINHO, P. V. Chico Mendes: trajetória de uma liderança. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org). Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana. Rio Branco: Edufac, 2006.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997

GONÇALVES, C. W. Geografando nos Varadouros do Mundo da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à Reserva Extrativista. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 1998.

- GRAMSCI, A. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRYBOWSKY, C. O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- HARVEY, D. (2004). O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFF, E. (2000). Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da FURB. 95-141, 2000.
- PAULA, E. A. de. Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991.
- \_\_\_\_\_. (Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco, Edufac, 2005.
- \_\_\_\_\_. A conquista da floresta nas terras do Acre. In MEDEIROS & LEITE (Org) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- \_\_\_\_\_. Movimento Sindical e Luta pela Terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org) Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana. Rio Branco: Edufac, 2006.
- \_\_\_\_\_. Revista da ALASRU, Nueva Época n.2. Analisis latinoamericano del médio rural. Chapingo-México. 177-201, 2006a.
- \_\_\_\_\_. O conto da Floresta Pública e o canto da sereia: Lei 11284/2006. In CANUTO *et alii*, Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia: CPT Nacional, 2006b
- \_\_\_\_\_. Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. Observatório Latinoamericano de Geopolítica <http://www.geopolitica.ws/home.php>
- PAULA, E. A. & SILVA, S. S. da (Org) Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana. Rio Branco: Edufac, 2006
- QUINJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SILVA, M. R. Sindicato em Movimento: Representação Política e os interesses do STR de Xapuri. Dissertação (Mestrado). CPDA/UFRRJ, 2001.
- SILVA, S. S. da.. A Fronteira Agropecuária Acreana. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento agrário e resistência camponesa na Amazônia-acreana. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, 2005.
- THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.